



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, José Domingos e Wilson Fortes (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Pinto Dias, Renato Bernardi, (3), e em licença os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/132, 133, 134, 135, 136, 137 e 138/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

84/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a conceder, ao MEMORIAL JK, um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para sua construção em Brasília, o qual convertido em lei tomou o número 7510. — Anote-se. Arquive-se.

170/80: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAMBARACÁ, com sede e foro na cidade de Itambaracá, o qual convertido em lei tomou o número 7511. — Anote-se. Arquive-se.

43/81: Do Senhor Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo doar à COLÔNIA DE PESCADORES Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7512. — Anote-se. Arquive-se.

56/81: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de MARILUZ, os lotes de terreno que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7513. — Anote-se. Arquive-se.

57/81: Do Senhor Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO - SASE, com sede e foro no Município de Cianorte, o qual convertido em lei tomou o número 7514. — Anote-se. Arquive-se.

62/81: Do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o "RECANTO SOMOS TODOS IRMÃOS", com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em lei tomou o número 7515. — Anote-se. Arquive-se.

65/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA VILA SANTA CRUZ, com sede e foro na cidade de Castro, o qual convertido em lei tomou o número 7516. — Anote-se. Arquive-se.

Dos Senhores Professores do Colégio Cianorte - Ensino de 1.º e 2.º Graus, encaminhando expediente a este Poder Legislativo, no qual solicitam apoio no sentido de sensibilizar o Governo Estadual, para que conceda o 13.º salário, a partir de 1981. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SEBASTIÃO FERREIRA RIBEIRO, ocorrido no dia 13 do corrente, na cidade de Florestópolis - PR.

O extinto deixa viúva, a senhora DALVA POTUCINI FERREIRA e os seguintes filhos: LUIZ MARCOS FERREIRA, ANTÔNIO FERREIRA RIBEIRO e VALDA FERREIRA RIBEIRO, casada com o Senhor LUIZ FILIPINI e um vasto círculo de amizade por ser pessoa benquista.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constatação na Ata dos trabalhos da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ÂNGELO PIANARO, ocorrido dia 15 pp., em Campo Largo.

Solicita ainda, se aprovado o presente, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa da Senhora Leonilda Pianaro.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DOMENICO MARTINI, ocorrido no Município de Clevelândia.

O extinto era um dos diretores da OLVEPAR -- Óleos Vegetais Paraná S.A. Indústria e Comércio, a maior empresa de capital nominal, nacional, no setor de processamento do soja.

Provido do Estado de Santa Catarina, em pouco tempo realizou um grande trabalho dentro da OLVEPAR e tornou-se pessoa querida e respeitada naquele município, deixando inconsoláveis os familiares, amigos e colegas.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa de sua esposa Senhora JOVELINA MOTA MARTINI, bem como ao seu irmão João Martini e ao Presidente da Empresa OLVEPAR, Sr. Genvir Crestani.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne na Ata dos trabalhos legislativos, um VOTO DE APLAUSO à chapa "Mãos à Obra" vencedora das eleições para a UPES em Congresso realizado dias 14 e 15 do corrente, em Campo Mourão.

Requer, ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à referida entidade.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações ao Diretor Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná -- FAMEPAR --, Dr. Eleutério Dallazem, pela alocação de pessoal técnico e de apoio, do seu quadro de servidores, em todas as micro-regiões do Estado do Paraná, com a finalidade de proporcionar uma efetiva autonomia dos municípios.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, dê-se ciência da decisão ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Secretário Saul Raiz, da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios e ao Presidente da FAMEPAR.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA.

Os municípios ressentem-se de uma efetiva autonomia para auto-governar-se.

Malgrado o dispositivo constitucional que preconiza aquele ideal, surgem, na prática, inúmeros obstáculos a inviabilizar os fins colimados, notadamente de pessoal e de recursos financeiros.

Elevada parcela dos municípios, destacadamente os de porte maior, não possuem suficientes disponibilidades financeiras à contratação de arquitetos, engenheiros, administradores, economistas, advogados, sociólogos e profissionais de outras

áreas que compõem, hoje, o universo da moderna administração pública.

Adite-se ainda, a necessidade de se promover a especialização desses profissionais, à vista do fato de que o ensino superior, pelas suas peculiaridades, proporciona, geralmente, uma visão mais universal, voltada predominantemente para mercado particular em posição à área pública, onde a demanda é acentuadamente menor.

Com efeito, a administração pública, vê-se na contingência de atuar supletivamente, fornecendo a necessária reciclagem dos profissionais, tarefa que raríssimas unidades estaduais conseguem suprir convenientemente.

A situação adquire foros mais dramáticos quando se trata das administrações locais, com um variado elenco de necessidades e, onde os conflitos entre as prioridades de atendimento e aplicação de recursos é constante, postergando-se, via de regra, a contratação e formação de pessoal com sólidos conhecimentos, face a necessidades mais prementes.

Acrescente o fato de, na maioria das vezes, as administrações locais não comportarem a contratação, em tempo permanente, de profissionais altamente qualificados, com salários compatíveis, elevando em muito os custos operacionais, sem, em contrapartida, uma plena utilização das suas capacidades, resultando em certa ociosidade, inadmissível onde vivem tantas carências.

Há que se utilizar esse pessoal convenientemente.

Diante deste quadro, a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, presidida criteriosamente pelo Dr. Eleutério Dallazem, vem de destacar elementos do seu quadro de servidores para comporem os "Escritórios Regionais" da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, dirigido pelo Secretário Saul Raiz.

Antiga aspiração da FAMEPAR, desde os tempos de outrora Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, a interiorização de seu pessoal sofreu inúmeros percalços, adiando-se por várias décadas a sua concretização, que vem de ser transposta pelo seu atual presidente, Eleutério Dallazem.

Para isto, concorreu decisivamente o pensamento do Secretário Saul Raiz, no sentido de instalar núcleos da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios em todas as regiões do Estado, resultando em um atendimento revestido de presteza, interação, adequado às peculiaridades locais, economia de recursos, além de outros aspectos. Resumindo-se: maior eficiência, eficácia e efetividade. Plasmando-se desta forma o pensamento do Secretário de Desenvolvimento dos Municípios e a antiga aspiração da FAMEPAR.

Dentro do pensamento secretarial de maximização da prestação de serviços e minimização dos custos, os funcionários terão por base física as dependências de outros órgãos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, notadamente a EMOPAR.

Revela notar, ainda o fato de que os servidores atuarão estreitamente ligados às respectivas Associações Microregionais, como os Prefeitos que as compõem definindo e priorizando as necessidades regionais e locais, com a participação técnica desses recursos humanos no detalhamento e operacionalização das suas atividades, enfim, supervisionando os serviços destacados para a região, cabendo ao órgão, o necessário apoio e orientação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil pela passagem, no último dia 4, da data dedicada à UEB.

Solicita, ainda, o envio de comunicação à União dos Escoteiros do Brasil.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações a todos os rádios-amadores do Paraná, em função da passagem, no último dia 5, do Dia do Rádio-Amador.

Solicita, ainda, o envio de cópia deste à entidade representativa dos rádios-amadores de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata de um voto de congratulações a todos os jornalistas do Estado, em função da comemoração, no dia de ontem, da data consagrada ao jornalista.

REQUER, outrossim, o envio de cópia do presente requerimento à direção da Casa do Pequeno Jornaleiro, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido ao D.N.E.R. a fim de que seja retificada a CURVA DO BONITO, no km-98 da BR-476 (São Mateus do Sul-Lapa) tendo em vista o elevado índice de acidentes que o atual traçado vem causando.

Que da decisão comunique-se também o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Rotary Clube de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

As mais diversas forças da comunidade tem protestado e reivindicado junto às autoridades governamentais a retificação do traçado do km-98 da BR-476 no trecho entre Lapa e São Mateus do Sul.

A razão está no incrível número dos trágicos acidentes que lá já se registraram. Dados da própria Polícia Rodoviária informaram que desde a inauguração da rodovia mais de 100 (cem) acidentes graves foram anotados, com o trágico saldo de 30 (trinta) mortes.

Uma só vida justificaria a pretensão da comunidade, mas a obra a ser realizada não representa custos elevados, tendo em vista que a eliminação da curva assassina, é uma simples questão de terraplanagem, facilmente realizável.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Presidência da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, reivindicando a instalação de iluminação pública nas ruas do bairro JARDIM DAS FLORES (Estrada Porto Meira), no Município de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente ao Sr. Prefeito Municipal e aos integrantes da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário do Interior bem como à Presidência da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, reivindicando a instalação de um telefone público, a ser instalado em frente ao Mercado Marumbi, no bairro "Rincão São Francisco", no Município de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente ao Sr. Presidente Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Família Boska da cidade de Ibaiti, neste Estado, expediente externando votos de pesar pelo falecimento do jovem LÚCIO CARLOS BOSKA.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato do jovem Lúcio Carlos Boska, ser pessoa honesta dedicado à família, que é pioneira daquela cidade, e eminente político no setor jovem.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores General JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, Presidente da República, Doutor AMAURI STÁLIBE, Ministro da Agricultura, Doutor ERNANI GALVEAS, Ministro da Fazenda, e Doutor ANTÔNIO DELFIM NETO, Ministro do Planejamento, conforme o exposto abaixo:

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que o Estado do Paraná também seja beneficiado com a isenção de Taxas de Juros de Custeio de Financiamentos do Trigo, para a safra em curso, levando-se em consideração as grandes perdas sofridas por nossos agricultores, com as geadas que assolaram o Paraná, no decurso deste ano.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração que o Estado do Paraná, nos últimos anos tem sido um dos maiores produtores tritículas do Sul do País, e um dos Estados mais prejudicados pelas fortes geadas que assolaram esta região também nos últimos anos, as reivindicações que vêm sendo feitas pelas Cooperativas Agrícolas, através da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que seja concedido aos nossos triticultores a isenção de Taxas de Juros de Financiamentos de Custeio para a atual safra, é mais de que justa, levando-se em consideração também, que a maioria destes produtores das regiões Centro Sul, Oeste e Sudoeste de nosso Estado, são pequenos proprietários e que trabalham em regime de economia familiar.

Preocupa-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as notícias vasadas em nosso Estado, de que os triticultores paranaenses venham a ser discriminados pela medida administrativa, razão pela qual reivindicamos a extensão desse oportuno benefício aos triticultores também do Paraná, que comprovem idênticas situações àquelas do Rio Grande do Sul, fazendo acima de tudo justiça e estimulando, pela medida, o plantio da próxima safra em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, anexando justificativa para que sejam tomadas medidas urgentes objetivando restabelecer na Comarca de Ibaiti a perfeita harmonia de poderes, eis que o Juiz de Direito daquela Comarca por medidas arbitrária e pessoais vem interferindo sistematicamente na área de competência do Executivo, criando um clima de animosidade cujo desenrolar em nada engrandece o Poder Judiciário, servindo, pelo contrário, para o estabelecimento de uma confusão na definição de competências. E para se estabelecer a justiça, invoco o art. 99, parágrafo 2.º, do Conselho Nacional de Trânsito.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Fatos lamentáveis têm acontecido no Município e Comarca de Ibaiti, cidade esta que parece não ter sorte com os magistrados que por lá passam.

Primeiro, foi a violenta e humilhante atitude do Doutor Artur Heráclito Gomes Neto, o qual denunciemos desta tribuna e agora chegou a vez do atual juiz de Direito da Comarca, Dr. Fávoro.

Vejam, Srs. Deputados, aquele Juiz de Direito não satisfeito com a função que lhe cabe que é de fazer respeitar a lei, resolveu também criá-las e, além de criá-las, aplicá-las nos homens que militam nos partidos de oposição daquele município.

No último fim de semana, o Sr. Doutor Juiz de Direito ordenou aos soldados do DETRAN que efetuassem a prisão de veículos conduzidos por menores; até aí uma atitude legal.

Entretanto, aquela autoridade não está satisfeita somente com o pagamento das multas previstas na lei e nem com o direito que possui em processar criminalmente o proprietário do veículo, e por isso ele passou de juiz para legislador e criou a

seguinte lei:

“O veículo conduzido por menor será na primeira contravenção preso por 30 (trinta) dias, na segunda por 60 (sessenta) dias e na terceira vez por 90 (noventa) dias, ferindo desta forma o direito à propriedade que todo o cidadão possui.”

Recentemente um veículo preso por 90 (noventa) dias estava sofrendo deterioração em virtude de encontrar-se ao relento, o seu proprietário preocupado com o prejuízo, foi tentar cobri-lo com uma lona o que foi impedido por aquela autoridade.

Informado que fomos destes fatos, tentamos dialogar com aquela autoridade, e o mesmo nada quis nos informar.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa repulsa maior não se prende somente a estes fatos, acontece que aquela autoridade além de arbitrária está sendo parcial, pois, os veículos de propriedade de homens ligados ao partido do Governo podem trafegar com menores ao volante, será que os filhos dos homens da situação não oferecem perigo à comunidade como alegou aquele magistrado para este Deputado.

E, a coisa não fica somente aí, o veículo depois de preso e recolhido ao pátio da Prefeitura e ainda é usado.

Vejam o que aconteceu com o veículo de propriedade do nosso companheiro Sebastião Proença Ferreira, que preso na noite de sábado pelos soldados do DETRAN e por determinação do Sr. Juiz da Comarca, na segunda-feira trafegava pelas ruas de Ibaiti conduzido por um tal de Lucas que aliás é parente do Sr. Prefeito Municipal, e que é proprietário dos guinchos autorizados pelo DETRAN.

O tal Lucas passeava tranquilamente pelas ruas de Ibaiti, enquanto o proprietário do veículo, após efetuar o pagamento de todas as multas previstas na legislação, era maltratado no Gabinete do Juiz de Direito, sob a alegação de que o mesmo tinha solicitado interferência política, e que por esse motivo ele talvez não liberaria o veículo dentro do prazo previsto.

Então, vejamos os Senhores, de um lado o parente do Prefeito passeando à vontade com o automóvel, do outro lado o proprietário legítimo do veículo a pé e levando desaforo daquela autoridade, e este ainda afirmando que nunca agiu sobre pressão política; é engraçado ...

Pelos motivos que expusemos é que estamos enviando expediente ao Desembargador Acir Loyola, digníssimo Corregedor de Justiça do Estado do Paraná, para que justiça seja feita, e, para que homens como o Sr. Juiz de Direito de Ibaiti não continuem denegrindo a justiça de nosso Estado.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 143/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º - Fica revogado o Art. 7.º, da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976, reconheceu a estabilidade prevista no § 2.º, do Art. 177 da Constituição Federal de 1967, aos funcionários não efetivos que, em 15 de março de 1967 contavam cinco (05) anos, pelo menos, de exercício no serviço público.

Entre outras disposições, a citada lei estabeleceu, no

Art. 7.º, um prazo de cento e vinte dias para os interessados requererem esse direito à efetivação.

No entanto, o prazo foi exíguo e muitos servidores não conseguiram obter o direito criado pela lei. Como não acho justo que uma questão de prazo prejudique um direito, proponho a sua extinção.

São muitos os servidores públicos estaduais que não tiveram condições e oportunidade para se beneficiarem da Lei n.º 6819, de 19 de julho de 1976, que concedeu àqueles em exercício há mais de cinco anos na atividade pública o direito à efetivação funcional.

Eis que aquela lei estipulava em seu artigo 7.º o prazo de 120 dias para que os interessados requeressem as vantagens prescritas.

Posteriormente, a Resolução n.º 3825, de 21 de julho de 1977, aduziu aspectos à citada lei. Ainda assim, à margem das vantagens da lei em apreço, ficaram muitos funcionários estaduais, inclusive professores, que têm reivindicado a compreensão e a tolerância do Poder Público para sua equiparação àqueles que já conseguiram a efetivação.

Não temos a formação político-administrativa para dar as diretrizes como devem ser elaboradas as leis sobre o servidor público e o funcionamento das estruturas estaduais. Tampouco estamos afeitos ao direito administrativo para criticar leis que prescindem de regulamentação ao se transbordarem até em particularidades e prazos. Mas, no caso dessa lei, talvez o desejo de atender mais rapidamente os servidores tenha levado o legislador a estabelecer o prazo de 120 dias para que os interessados requeressem. Prazo por demais exíguo num Estado tão grande e, além disso, sem considerar que podem existir limitações para que o servidor venha a pleitear o benefício em tempo hábil.

Muito mais racional, em nosso entendimento, seria que a lei não definisse prazo por se tratar de um direito e a equidade não poderia derrogar o direito de outros que não pudessem requerer no prazo. Todavia, em face de tantas postulações, estamos apresentando projeto de lei extinguindo o artigo 7.º e deixando ao Poder Executivo a determinação de novos prazos e formas para que todos possam beneficiar-se da Lei n.º 6819.

O Governo do Estado tem manifestado todo o interesse em melhorar a situação dos servidores estaduais, sejam com a classificação de cargos e funções, seja com medidas de melhoria das atividades, proventos e gratificação. Este tem sido o propósito do atual Governo e acredito que o Sr. Governador será sensível a esta proposição, que visa corrigir algumas distorções de benefícios entre o funcionalismo público estadual.

Sei também que esta Casa de Leis não tem negado o apoio a todas as iniciativas que tragam vantagens aos servidores estaduais.

E assim esperamos estar contribuindo para distribuir mais justiça e vantagens àqueles que merecem em razão do seu esforço na administração estadual.

PROJETO DE LEI N.º 144/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor EGAS PENTEADO IZIQUE.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A personalidade do eminente médico Dr. Egas Penteado Izique é por demais conhecida nos meios sociais e médico de nosso Estado, dispensando maiores detalhes que possam engalanar a sua figura de profissional, dos mais competentes, e de homem que vem dedicando a sua vida em favor da nossa sociedade.

Fiel a sua profissão, a das mais nobres dentro da nossa sociedade, não tem medido esforços em se esmerar cada vez mais visando dar tudo de si para atender aos princípios máximos da medicina, que vem ser a de propiciar à humanidade a eliminação da dor, da miséria e de tudo aquilo que impede que o homem possa alcançar a sua total plenitude, dentro da sua existência.

O “curriculum vitae” que anexamos ao presente por si só, justifica plenamente a justa homenagem com que o povo paranaense merecidamente, prestará sua gratidão a esse paulista de nascimento, mas paranaense de coração, pelos longos e profícuos anos de trabalho em prol de nossa gente.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza merecerá o total apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 145/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO EMOPAR”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Associação EMOPAR é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e está devidamente registrada no Cartório do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos sob número 2552, do Livro A-1, de Pessoas Jurídicas, datado de 12 de outubro de 1978.

A entidade, portanto, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado e tem por finalidade principal a congregação dos empregados da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com objetivos de desenvolver atividades esportivas, sociais, culturais, assistenciais e recreativas.

Assim sendo, a Associação objeto da declaração de utilidade pública preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que diz: I — que possua personalidade jurídica há mais de um ano; II — que está em efetivo exercício e serve desinteressadamente a coletividade; III — que não remunera a qualquer título os membros da sua Diretoria e não distribui lucros ou vantagens a mantenedores e; IV — que, promove assistência social de caráter geral e indiscriminado.

Com a apresentação do presente plano de lei, esperamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio e posterior aprovação, por ser uma medida da mais alta justiça.

PROJETO DE LEI N.º 146/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Profissionais de Processamento de Dados - PR, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1981.

a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O documento, em anexo, demonstra o caráter de utilidade pública da entidade em questão, bem como o preenchimento de todos os requisitos exigidos pela lei, para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realizou-se, neste fim de semana, na cidade de Campo Mourão, uma importante experiência democrática. Os jovens secundaristas paranaenses, reunidos no 32.º Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas, concluíram seu encontro iniciado em início de outubro e interrompido para que se preservasse a unidade e a autonomia da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas.

Cerca de mais ou menos mil estudantes, após debaterem a situação da educação no Brasil, a liberdade, o direito democrático, elegeram aqueles que vão dirigir a entidade na próxima gestão. A chapa "Mãos à Obra", composta por Gilberto Rubert, Ricardo do Nascimento, João Batista Borges, Altivo José Bimfeld, Rose Cristine de Souza Ferreira, Edson Luís de Sousa, Sérgio Luiz Moraes, Odair Pereira da Costa Júnior e Uiraci Rodrigues terá como tarefa fortalecer as lutas estudantis e mostrar que só considerando educação como prioridade, que se construirá um País decente.

Entretanto, ao mesmo tempo que aquele encontro democrático se desenvolvia, e quando o debate de idéias fortalecia o espírito pluralista daquele encontro, mais uma vez, manobras foram tentadas. Estudantes assumindo suas posições publicamente, ao verem sua chapa sem probabilidade de vitória, retornaram a Curitiba e tomaram a sede da UPES. Uma ação tão condenável quanto as manobras feitas no início daquele congresso, deflagrado em outubro, em Paranavaí, quando usando e abusando do dinheiro e do poder que alguns homens do PDS lhes colocaram às mãos, conseguiram assumir a presidência do Congresso e mais, ameaçaram, então, de invadir a sede da tradicional entidade.

Os estudantes secundaristas, os verdadeiros lutadores que não esmoreceram da experiência triste em Paranavaí, já estavam preparados para esta possibilidade. Assim, ao terem conhecimento da invasão, recorreram àquele que nos parece realmente o mais acertado recurso para o momento: telefonaram para a polícia, e solicitaram a evacuação do local.

Cumprindo o pedido, a polícia assim o fez. E para evitar maior confronto, os invasores deixaram a casa.

Para esses estudantes, que ainda não aprenderam o que significa luta democrática, restou ainda mais uma mancha em suas vidas, e que carregarão, daqui para frente, como expurgados. Tiveram todos os seus direitos estudantis cassados no Paraná. E, para reavê-los terão que enfrentar um novo encontro democrático, um Conselho de Representantes, em março do próximo ano, e fazer sua defesa pública.

Agindo com maturidade, com o espírito de jovens sequiosos de debate de idéias, da conquista de direitos hoje usurpados, os estudantes secundaristas do Paraná merecem nossa solidariedade. Estes jovens, que estão ligados à sociedade como um todo, não se esqueceram também de dar o troco àqueles que criaram os obstáculos ao Congresso iniciado em Paranavaí. Cassaram os títulos beneméritos de duas autoridades. O Vereador Jair Frasson, de Toledo, e Hilo, de Marechal Cândido Rondon, não fazem mais parte da lista daqueles que merecem o respeito dos secundaristas.

A UPES constrói, assim, sua galeria de honra, e lança no lixo todos os que, pela história agora, têm dado exemplos de despreparo para conviver numa sociedade que quer liberdade.

E eu, Sr. Presidente, encaminho à Mesa, um requerimento para que seja inserido na Ata dos trabalhos, um voto de aplauso à chapa "Mãos à Obra", vencedora das eleições para a próxima gestão da UPES, cujo congresso foi realizado nos dias 14 e 15 na cidade de Campo Mourão. A "Mãos à Obra", que no pleno exercício democrático num conagração da juventude do Paraná, realizou e fez com que a democracia fosse respeitada e esta chapa, tenho certeza, irá conduzir os destinos da União Paranaense dos Estudantes Secundários com honradez e dignidade.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez os jornalistas Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo e Adriano de Souza são levados às barras dos tribunais militares. Contra eles pesa a acusação da divulgação de fatos, de modo a indispor o povo contra as autoridades constituídas. O antigo crime de imprensa, a velha forma de fazer calar vozes adversárias que insistem em divulgar suas verdades. Mais uma vez a liberdade de imprensa e o direito de opinião são manchados pelo arbítrio que tenta impedir, pela coação, o livre curso da informação social.

O jornal elaborado por estes jornalistas, o "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, vem se destacando pelo seu caráter corajoso e pela independência. Destemidos, esses jornalistas vêm prestando um largo serviço ao oeste paranaense, realizando com sacrifícios a tarefa de informar a sociedade sobre tudo e sobre todos.

Nós, do PMDB, sempre defendemos a liberdade de imprensa como um dos sustentáculos básicos de qualquer sociedade democrática. Não estamos aqui para defender as mesmas opiniões esposadas pelos jornalistas iguaçuenses. Antes de tudo, queremos defender o direito que eles têm de opinar, de divulgar, de realizar uma imprensa livre de qualquer imposição arbitrária que pretenda, pela violência ou pelo medo, frustrar um direito reconhecido universalmente.

O mais grave, Senhores, é que esses jornalistas nem estão sendo processados com base na Lei de Imprensa, lei bastarda e anti-democrática. Estão sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional, este corpo espúrio de normas que bem expressam o maior legado que o regime arbitrário deu à sociedade brasileira. É absolutamente impossível que nós, democratas conscientes e por isso na oposição, aceitemos este tipo de barbárie que se comete contra jornalistas. Porque a convivência ou a omissão nos colocaria ao lado daqueles que fazem do atentado às liberdades sua forma comum de se manter no poder.

Enquanto esses jornalistas que merecem de nosso partido todo o apoio e solidariedade são processados pela Lei de Segurança Nacional, Senhores, os terroristas do Rio Centro estão soltos, os assassinos de Dona Lida Monteiro estão soltos. Aqueles que cometeram tantos atentados terroristas contra o povo e as instituições democráticas estão em plena liberdade.

Só nos resta prafrasear o ex-Presidente da ARENA, que abertura é esta?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "Os professores da Universidade Federal do Paraná estão em greve.

Reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho. Querem, na verdade, uma universidade que ofereça melhores condições de ensino e que se constitua em instituição capaz de constituir em um dos pilares da construção desta Nação.

Nós, do PMDB, estamos solidários com esse movimento e a ele oferecemos todo nosso apoio. A seguir, pedimos a transcrição do seguinte documento divulgado pelos professores e que dão bem a idéia do caráter e da justeza deste movimento. (Lê): "A UFPR EM GREVE — NOTA AOS PROFESSORES

Como é do conhecimento de todos, 18 universidades federais autárquicas já se encontram em greve. A única ausente, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, decide hoje, em

plebiscito, se acompanha ou não o movimento nacional. Trinta e dois mil dos trinta e cinco mil professores das universidades federais autárquicas decidiram — sem imposição alguma, ditados apenas pelo dever de cidadãos e educadores na busca de uma universidade melhor e, pautados pela certeza do caráter justo de suas reivindicações — paralisar suas atividades.

A nossa Universidade, após um longo processo de reflexão e debates, aderiu ao movimento nacional a partir do dia 16/11 (HOJE). Esta adesão foi decidida, de maneira claramente democrática, por uma Assembléia soberana e representativa reunida no dia 12 do corrente.

A APUFPR e o Comando de Greve, em face da decisão da Assembléia, sentem-se na obrigação de esclarecer aos professores alguns pontos do encaminhamento da greve:

1 — QUANTO ÀS REIVINDICAÇÕES.

Os professores vêm encaminhando desde o ano passado um conjunto de reivindicações, cuja pauta específica para as universidades federais autárquicas resume-se em: reposição salarial de 45% retroativo ao mês de março de 81; reajuste semestral a partir de setembro de 81, perfazendo um total de 105% a partir de setembro de 81; ampliação do percentual do orçamento federal destinado à educação para 12%.

O próprio MEC considerou justas as reivindicações, qualificando de “EMERGENCIAL” a questão salarial. Contudo, vem protelando sistematicamente a discussão do problema desde maio deste ano. Apesar dos esforços dos professores através de sua entidade nacional, a ANDES, no sentido de efetivar um processo de negociação com o MEC, este tem insistido em apresentar respostas evasivas e insatisfatórias.

2 — QUANTO AO RECURSO DA GREVE.

Uma greve não se configura como uma ação irresponsável de grupos minoritários. Pelo contrário, constitui um recurso legítimo das majorias de qualquer segmento de uma sociedade democrática moderna na defesa dos seus direitos.

Por isso, ela não pode ser vista como desordem, ruptura institucional, desobediência às leis etc. É antes um momento de grande unidade de uma classe que demonstre disciplina, coesão e maturidade político-social. Unido, o magistério superior reclama o atendimento daquilo que julga ser indispensável para a vida do professor, para o fortalecimento da universidade e para a melhoria da educação. Nesse sentido a paralisação implica necessariamente a discussão de uma nova proposta de universidade.

Professor, chegou o momento da sua participação decidida. Acreditamos que as autênticas aspirações de nossa categoria estão acima dos receios e interesses individuais.

O apoio de todos os professores da UFPR é fundamental à vitória do movimento. Afinal, os benefícios serão repartidos entre todos e não discriminados apenas em favor daqueles que efetivamente participaram da greve.

Colega, contamos com o seu apoio! Participe da greve!

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFPR
COMANDO DE GREVE

PS.: Professor, participe da Assembléia (17/11) de avaliação da greve e análise das propostas do MEC que serão divulgadas na terça-feira.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As autoridades brasileiras, mais notadamente no setor da economia, depois de uma comprovada má administração no setor de previdência social, e numa tentativa desesperada de salvar o Instituto de Previdência Social do nosso País, as autoridades brasileiras, notadamente as que determinam a política econô-

mica no nosso País, estão vendo agora através da imprensa e entrevistas pela televisão, de que se deve tomar por base alguns produtos que deverão ser considerados supérfluos, cujos produtos seriam taxados com imposto mais elevado para que esta diferença viesse aos cofres da Previdência Social no intuito de salvar a Previdência que, por má administração está falida.

Agora, o que é o supérfluo? O supérfluo, o Governo deve entender, assim como nós entendemos, de que seja aqueles produtos em que necessariamente não faz falta e que compramos apenas por comprar. Pois bem. O próprio Governo agora, através das autoridades do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda, vem de anunciar a aquisição de 500 mil toneladas de milho, que para nós é supérfluo. Por quê? O Brasil deverá produzir 24 milhões de toneladas de milho. Dois a três milhões a mais do que irá consumir. O próprio Estado do Paraná deverá produzir seis milhões de toneladas de milho com 1,5 a 1,8 milhão de toneladas a mais do que irá consumir.

Portanto, só o Estado do Paraná poderá fornecer mais do que o dobro dessas 500 mil toneladas, anunciadas pelo Governo Federal, para comprar no exterior e colocar no mercado principalmente do Nordeste.

Bom, se o supérfluo é comprar aquilo que não é necessário, porque então, já que está sobrando dinheiro para comprar milho e milho é necessário no momento no País, porque então o Governo brasileiro, através dos seus órgãos do setor econômico, não pega o dinheiro dessas 500 mil toneladas e aplica na Previdência Social, ao invés de estar procurando artimanhas, tipos de impostos, que só vão prejudicar ainda mais a economia já tão escassa do povo brasileiro.

Mas se não bastasse somente esta medida antipática, vem outra por parte também do poder do setor centralizador da economia nacional, numa discriminação das piores que poderia existir. Há um boato de que os órgãos do setor econômico, irão beneficiar os tricultores do Rio Grande do Sul, isentando esses tricultores do juro de custeio, porque, dizem eles, que a triticultura, o produtor de trigo do Rio Grande do Sul plantou numa época inadequada.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o plantio no Rio Grande do Sul e no Estado do Paraná, praticamente, ocorreram na mesma oportunidade. Por que então essa discriminação? O Rio Grande do Sul e o Estado do Paraná.

Apoiamos essa medida governamental da isenção do juro de custeio, mas, desde que ela venha beneficiar também o Estado do Paraná, porque o nosso Estado talvez muito mais do que o próprio Rio Grande do Sul, que o Rio Grande já tem muito mais tempo e mais tradição na produção de trigo e de soja do que o próprio Estado do Paraná. Nessas condições, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos encaminhando um requerimento às autoridades, solicitando de que a isenção das taxas de juros de custeio de financiamento do trigo para a safra em curso, também seja eliminada aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fatos lamentáveis têm acontecido no Município e Comarca de Ibaiti, cidade esta que parece não ter sorte com os magistrados que por lá passam. Primeiro, foi a violenta e humilhante atitude do Doutor Artur Herclito Gomes Neto, o qual denunciamos desta tribuna, e agora chegou a vez do atual juiz de Direito da Comarca, Dr. Fávoro.

Vejam, Srs. Deputados, aquele juiz de Direito não satisfeito com a função que lhe cabe que é de fazer respeitar a lei, resolveu também criá-las e, além de criá-las, aplicá-las nos homens que militam nos partidos de oposição daquele municí-

prio e comarca.

No último fim de semana, o Sr. Doutor Juiz de Direito ordenou aos soldados do DETRAN que efetuassem a prisão de veículos conduzidos por menores, até aí uma atitude legal, entretanto aquela autoridade não está satisfeita somente com o pagamento das multas previstas na lei e nem com o direito que possui em processar criminalmente o proprietário do veículo, e por isso ele passou de juiz para legislador e criou a seguinte lei:—

O veículo conduzido por menor será, na primeira contravenção, preso por 30 (trinta) dias, na segunda, por 60 (sessenta) dias e na terceira vez, por 90 (noventa) dias, ferindo desta forma o direito à propriedade que todo o cidadão possui.

Recentemente um veículo preso por 90 (noventa) dias estava sofrendo deterioração em virtude de encontrar-se ao relento, o seu proprietário, preocupado com o prejuízo, foi tentar cobri-lo com uma lona o que foi impedido por aquela autoridade.

Informado que fomos destes fatos, tentamos dialogar com aquela autoridade, e o mesmo nada quis nos informar dizendo estar embasado no artigo 46 do Código Penal.

Acontece que o artigo 46 do Código Penal fala sobre a reincidência de crime e menor dirigindo é contravenção. Aquela autoridade não sabe definir nem crime de contravenção.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa repulsa maior não se prende somente a esses fatos. Acontece que aquela autoridade além de arbitrária está sendo parcial, pois os veículos de propriedade de homens ligados ao Partido do Governo, podem trafegar com menores ao volante.

Será que os filhos dos homens da situação não oferecem perigo à comunidade, como alegou aquele magistrado a este Deputado?

E a coisa não fica somente aí. O veículo, depois de preso e recolhido ao pátio da Prefeitura, ainda é usado.

Vejam o que aconteceu com o veículo de propriedade do nosso companheiro Sebastião Proença Ferreira, que, preso na noite de sábado, por soldados do DETRAN e por determinação do Juiz de Direito daquela Comarca, na segunda-feira trafegava pelas ruas de Ibaiti, conduzido por um cidadão de nome Lucas que, aliás, é parente do Prefeito Municipal e proprietário de guinchos, autorizado pelo DETRAN; o tal Lucas passeava tranqüilamente pelas ruas de Ibaiti com o veículo de propriedade do Sr. Sebastião, enquanto o mesmo Sr. Sebastião estava levando desaforos no Gabinete da autoridade judiciária da Comarca de Ibaiti.

Então vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o cidadão, após efetuar o pagamento de todas as multas, após cumprir tudo o que manda a legislação, tentou liberar o veículo, o Juiz não o liberou, e, além de tudo, ainda emprestou o veículo, para um parente do Prefeito passear, na Cidade de Ibaiti.

Por esse motivo é que estamos encaminhando expediente ao Corregedor de Justiça do Estado do Paraná, para que tome medidas, tome as devidas providências e que, fatos lamentáveis como este não continuem acontecendo naquela Comarca.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Havendo declinado.

encerra-se o Pequeno Expediente e passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encontra-se hoje, para ser votado em 1ª. Discussão, o Projeto de Lei 110/81 que trata do Orçamento Geral do Estado do Paraná para o ano de 1982.

Muito se tem falado, Sr. Presidente, que, aqui nesta Casa, as Oposições e principalmente o PMDB não oferecem subsídios à Administração, não mostram os caminhos a serem trilhados pelo Governo para satisfazer os anseios populares, que, somente usa a crítica para desmoralizar o Governo, como se este já não estivesse, de há muito, desgastado perante a opinião pública paranaense.

O Orçamento de 1982, Sr. Presidente, que, entre Administração descentralizada e centralizada orça em 204 bilhões, 225 milhões e 820 mil cruzeiros, Sr. Presidente, dando um crescimento nominal de 242,4 sobre 1981, e um crescimento real de 142,4 sobre o ano de 1981, sem dúvida alguma, uma peça que supera, em muitos pontos, a inflação prevista para o ano de 1982.

E se vê aqui, numa análise simplista, Sr. Presidente, que, a grande preocupação com esse Orçamento e com esse crescimento é, sem dúvida, porque estaremos num ano eleitoral e, evidentemente que, o Poder instalado neste Estado exatamente há 17 anos após é que teremos a primeira disputa para a governança do Estado do Paraná, é natural, até nós que entendemos a política como um direito e um direito muito maior de qualquer partido pretender ser poder, e que ele se precavenha com um orçamento ágil e que lhe possa dar uma manobra realmente grande para poder enfrentar as eleições de 1982.

Agora, alguns pontos, Sr. Presidente, chamamos a atenção, porque no orçamento de 1981 as operações de crédito previstas foram de ordem de nove bilhões, 650 milhões e 800 mil cruzeiros, dando sobre o valor global 11,4 de operações de crédito para o orçamento, ou de 13,9 sobre a administração descentralizada.

E no ano de 82, Sr. Presidente, está previsto operações de crédito num montante de 29 bilhões, 100 milhões 751 mil cruzeiros, dando um percentual sobre o orçamento global de 14,25 de operações de crédito para fazer face às despesas correntes, despesas de capital e reservas de contingência.

Tenta-se, Sr. Presidente, uma manobra orçamentária se precaver o Governo de ter à mão vultosas verbas para o manejo político.

E digo isto porque se analisarmos as dotações orçamentárias para o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Executivo, vê-se de que os dois poderes que compõem o Estado, que são o Judiciário e o Legislativo praticamente inexistem em valores percentuais e em verbas de vulto para que exatamente pudessem exercer o seu poder de pleno direito.

Se olharmos, Sr. Presidente, o orçamento que deterá o Poder Legislativo do Paraná, que é a Assembléia Legislativa e mais o Tribunal de Contas um órgão auxiliar, no orçamento de 81, participava com 1,5 por cento, e para 82, teremos uma participação de 1,3 por cento. Há um acréscimo da verba para a Assembléia da ordem de 116 por cento e do Tribunal de Contas, 119 por cento, conquanto que a peça básica do orçamento subiu 142,4 por cento, Sr. Presidente.

O Tribunal de Justiça que detinha de 2,9 passa para perto de 3 por cento, Sr. Presidente, este sim acompanhando o percen-

tual legítimo do reajustamento do orçamento de 81 para 82.

Se nós formos analisar, Sr. Presidente todo o conjunto que detém o Poder Executivo, vamos ver que algumas secretarias principalmente aquelas em que Srs. Secretários já são candidatos declarados a deputados estaduais e deputados federais, desde que foram aquinhoados com verbas vultuosíssimas, Sr. Presidente, com percentuais muito além da inflação e com percentuais muito além dos 142,4 por cento que foi o reajustamento real, de 81 para o ano de 82.

Agora, Sr. Presidente, uma cotação orçamentária que chama a atenção de qualquer um, por mais neófito ou por menos conhecimento que ele tenha de um exame de matéria financeira.

Ao se olhar a verba que será destinada à Governadoria, que neste ano detinha uma verba de 544 milhões e duzentos e vinte e dois mil cruzeiros, Sr. Presidente, que representava 0,7 por cento do Orçamento de 1981 - vai receber o ano que vem uma verba de um bilhão, 801 milhões, 542 mil cruzeiros, tendo um reajustamento real de 231 por cento.

O orçamento é reajustado em 142 por cento e a verba do gabinete da governadoria é reajustada em 231 por cento.

A Secretaria do Planejamento teve uma redução de verba de menos de 3 por cento.

A das Finanças é reajustado em 129 por cento.

De Recursos Humanos, 104 por cento.

Da Administração, 109 por cento.

Então, estas quatro que citei, pelo menos que a imprensa tem divulgado, nenhum destes Srs. Secretários é candidato declarado.

Agora vamos passar às Secretarias onde a maioria dos Secretários já são candidatos declarados.

Secretaria da Cultura e Esportes, teve um acréscimo de 191 por cento.

Secretaria da Educação, 151 por cento.

Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, 175 por cento.

Secretaria da Segurança Pública, 150 por cento.

Secretaria da Justiça, 176 por cento.

Secretaria da Agricultura, 233 por cento.

Secretaria do Interior, 289 por cento.

Secretaria dos Transportes, 240 por cento.

Secretaria da Indústria e Comércio, 100 por cento de acréscimo e recursos que estão sob a supervisão da Secretaria do Planejamento, houve um acréscimo de 7,5 por cento.

Na Secretaria das Finanças, um acréscimo de 96 por cento.

Nota-se claramente nos objetivos da peça orçamentária de 82 de que a grande preocupação, em algumas Secretarias, é a verba destinada para a promoção da imagem dos pretensos e futuros candidatos do partido situacionista.

Agora, nosso partido apresentou a peça básica, Sr. Presidente, nada mais, nada menos do que 38 emendas e todas foram rejeitadas pelo relator da Comissão de Orçamento.

Nem sequer estas peças foram analisadas no seu mérito, nenhuma delas.

Pura e simplesmente usou-se o critério de que a lei prevê, o uso da maioria, sem se dignar de, inclusive, numa delas, que foi apresentada entre outras por este Deputado, que é a alteração do artigo sétimo, que prevê que o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30 por cento, sobre o total orçamentado, para a despesa do exercício, servindo como recursos definidos no artigo 43, da Lei 4320, de 17 de março de 64. Apresentamos uma emenda,

número 16, em que reduzíamos esta autorização de limite para 15 por cento e justificamos dizendo de que o Poder Legislativo dispõe de poucos meios para fiscalizar os atos do Poder Executivo, principalmente no que tange ao acompanhamento da execução orçamentária.

E conceder limites, como o pretendido no presente projeto, para que o Executivo suplemente suas verbas, abre uma grande válvula para que se modifique em praticamente 1/3 o orçamento ora proposto.

O que fatalmente seria prejudicial à análise que ora fazemos da referida peça orçamentária.

Em nosso entendimento, o Poder Executivo reúne meios para não se utilizar de suplementação da ordem de 30 por cento.

E quando isso ocorrer, que o mesmo deve solicitar autorização legislativa para que possa proceder essas alterações.

Acho justo, Sr. Presidente, porque em inúmeros Estados, esta pretensão de tudo dar ao Executivo e inclusive no Estado de São Paulo, não vai além de pouco mais de 5 por cento esta autorização.

Agora, aqui no Paraná, se escancara as portas para que o Poder Executivo faça o que bem entender.

Mas poderão dizer: mas o Tribunal de Contas examina as contas e tem o poder de examinar todos os documentos do Poder Executivo, na Execução Orçamentária.

Isto, Sr. Presidente, ocorre apenas no papel. Porque praticamente quando lá recebem os documentos, já recebem a coisa concluída, a coisa posta e tem que se submeter ao que o Executivo quer.

Apresentamos, Sr. Presidente, algumas emendas em número de 9, de nossa autoria, para beneficiar e realizar algumas obras da região que represento aqui nesta Casa.

Uma delas é que pedíamos uma dotação orçamentária para a criação de Corpo de Bombeiro, na cidade de Campo Mourão, uma verba de 30 milhões de cruzeiros.

E fomos pedir o remanejamento, a redução da verba, de comunicação social, na verba de Governadoria.

E por que fomos buscar esta verba? Porque a verba de Comunicação Social, que neste ano de 81, o Gabinete do Governador General Ney Braga, é importância da ordem de 170 milhões, 170 mil, é alterado para 1982, com a aquinhoadá verba de 671 milhões, 840 mil cruzeiros, Sr. Presidente.

Dando um acréscimo de 394 por cento sobre o Orçamento de 81.

E aí é que vem corroborar com as nossas colocações iniciais, na discussão desse orçamento.

É exatamente o manejo do orçamento do Estado do Paraná, para mobilizar, para maquinar a estrutura administrativa, em prol do partido situacionista, o PDS.

Subir a verba de comunicação social, de 170 milhões, para 671 milhões, Sr. Presidente, é realmente fazer uma administração voltada para o homem. Mas que homem, Sr. Presidente?

Para milhões de paranaenses que daqui tiveram que ir embora, porque suas necessidades básicas não foram atendidas?

Uma outra emenda, Sr. Presidente, é que apresentamos, foi para destinar uma verba para um colégio agrícola do interior do Estado do Paraná. Um colégio agrícola na Cidade de Campo Mourão, que atende uma imensa região do Vale do Piquiri-Ivaí e pedimos uma redução da verba de manutenção do gabinete do Secretário da Educação, na mesma Secretaria, Sr. Presidente, quer dizer, pedimos uma redução do mesmo programa, da mes-

ma Secretária.

A verba de manutenção do gabinete do Secretário, que neste ano de 81, detém uma verba de 24 milhões de cruzeiros, será aquinhado no ano que vem com uma verba de 127 milhões de cruzeiros. Havendo um acréscimo na verba do gabinete do Secretário, de 467 por cento.

É isso o que quando se discute o orçamento e evidentemente, se formos buscar a fundamentação legal da apresentação das emendas, no artigo 35, é discutível até de que nós Deputados, não possamos apresentar emendas, fazendo remanejamento de verbas, porque, não implica em maiores despesas, então, somente reduzir o manejo político dessas verbas.

Uma outra emenda que apresentamos foi destinar verbas, também para o interior do Estado do Paraná, mandando e destinando verbas para programações culturais. E pedimos uma redução de uma programação a cargo da Fundação Teatro Guaíra da ordem de 10 milhões de cruzeiros quando essa mesma programação de 81, detém uma verba de 45 milhões, será aquinhada em 82 com uma verba de 277 milhões, havendo um acréscimo de 161 por cento.

Então, Sr. Presidente, vê-se claramente de que nas hostis governistas, no manejo deste orçamento, que já votamos contrariamente na Comissão de Orçamento à qual fazemos parte, porque não podemos concordar com a forma que é contrariamente a apreciação de qualquer emenda no relatório que lá foi formalizado, vê-se claramente em todo o projeto que a preocupação básica do Poder Executivo do Estado do Paraná foi carrear verbas para manejo político das eleições de 82.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, esta Casa que já assistiu em tempos atrás estarecida, acusação do Deputado do PMDB, de que deveria ter durante a discussão do orçamento, tirado verba de um lugar e colocado em outro e que ao não tendo feito, ele se tornou conivente, e lembro que essa acusação foi do Deputado Fiori Luiz, assiste agora como se estivéssemos discutindo aqui o sexo dos anjos, a sua explanação.

A grande verdade é que - e eu já tive oportunidade de dizer isso à imprensa - é que o Paraná, talvez, nunca tenha tido um orçamento, aliás uma lista de intenções, que um orçamento que admite um remanejamento de 30 por cento, ele passe a ser mera lista de intenções, mesmo que não tenha ao final, diversos títulos, aquilo, e ou outras.

Esta lista de intenções que vem para esta Casa, de fato é a mais elitista lista de intenções já havida em todo o Estado. As mil pessoas cadastradas que vão ao Teatro Guaíra por ano, a elite curitibana tem 277 milhões de cruzeiros, enquanto que, para desapropriar terras, neste Estado, com tantos problemas de terras, há apenas 2 milhões de 200 e repete o ano passado. Além de ficar aí demonstrado o elitismo, porque, em Comunicação Social, a coisa mudou violentamente. Na administração superior que compõe os Gabinetes dos Srs. Secretários e das suas Diretorias, chamo a atenção dos Srs. Deputados que vão ter, nos Srs. Secretários concorrentes a deputados. A elevação foi de 3,7 vezes. Por que os Gabinetes e Diretorias Geral dos Srs. Secretários tiveram um aumento de 3,7? E o Paraná fica emprestando dinheiro, para fazer privada do Pró-Rural

Viva o Paraná!

É por isso que se sente até uma certa pena, quando um Secretário, que parece inteligente, a quem respeito, como o Dr. Edson Guimarães, que hoje esteve aqui, fica de cabelos brancos para resolver o problema paranaense. Porque, de fato,

não adianta nada, tanto esforço. Porque o que ele arranjar de dinheiro, como bem demonstrou, um bilhão de dólares que serão aplicados, durante esse quadriênio, apenas 54 milhões ficarão de fora. Porque, o resto é mesmo para pagar dívidas do Governo Parigot de Souza. E numa oportunidade, devemos estudar aquele governo, precisamos verificar onde foram aplicados esses investimentos. Alguns dizem que não foi feito nada naquela época. Mas, no ano de 73, investimos 28 por cento do orçamento, sem emprestarmos um tostão. Em 1980, aplicamos apenas 1 por cento do orçamento, tendo emprestado alguns milhões de dólares.

Essa é a pergunta que se faz.

Agora, com uma lista de intenções como essa, altamente elitista, voltada para o confronto dos Srs. Secretários e das Diretorias Geral, para o excelente conforto dos frequentadores do Teatro Guaíra, obviamente, o Paraná vai ter de emprestar não apenas esses 100 milhões que estão por aí, mas muito mais dinheiro para cumprir um orçamento e pagar as dívidas do passado.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência coloca muito bem, Deputado Deni Schwartz.

A preocupação é um manejo político, indiscutivelmente

Deixei exatamente para o final para falar sobre a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios, que vai deter uma verba de 4 bilhões e meio de cruzeiros para fazer o quê, eminente Deputado? Como está ocorrendo no interior, iluminando praças, obras de fachada, não obras de real necessidade para resolver os problemas da zona periférica das pequenas cidades do interior do Paraná.

Vossa Excelência tocou muito bem na verba que discutimos, hoje pela manhã, na pretendida verba que o Estado quer contrair de empréstimo no mercado externo, da ordem de 100 milhões de dólares. Ali ficou claro que a dívida do Estado, até na peça que foi remetida para esta Assembléia, através do projeto 117/81, até na justificativa tentou se levar os Srs. Deputados a um entendimento errôneo, dizendo que ela era de pouco mais de 35 bilhões, enquanto que, na realidade, Vossa Excelência esteve lá, pela manhã e também alguns Deputados do PDS, e ficou provado que esta Assembléia deu muito mais de autorização. Se forem computadas todas as autorizações dadas, como os encargos, a nossa dívida é mais de 800 milhões de dólares, ou perto de 100 bilhões de cruzeiros.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Estamos acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, nobre Deputado Darcy Deitos e nos sentimos até orgulhosos do companheiro que, com muita propriedade vem analisando a situação econômico-financeira do Estado, e nós queríamos, nesta oportunidade em que Vossa Excelência passou de leve pela má aplicação dos dinheiros públicos e o que se tem constatado nesta Administração, queria dar aqui, nesta oportunidade, um testemunho dessa má aplicação do dinheiro público. E aí a minha preocupação em estar votando projetos no sentido de autorizar o Governo a contrair empréstimos, empréstimos para investimentos e não sei o que mais.

O fato é o seguinte: tenho como exemplo agora, o que se fez lá na cidade de Palmeira, na escola agrícola, Colégio Agrícola de Palmeira, em que se construiu um aviário para 10.000 aves, quando se tem o necessário para 2.000, que tem finalidade

pedagógica e, com capacidade ociosa, esse de 2.000; fizeram agora, um para 10.000 aves! Construíram lá uma sala de ordenha para o leite tipo A, quando nós temos uma sala de ordenha não para o tipo A, mas, para o tipo B que é o comum, e, com finalidade pedagógica, gastar-se mais de 20 milhões nessas duas obras que agora estão inclusive paralisadas, a sua conclusão está paralisada já vai para 6 meses porque, dizem, faltaram recursos, é um absurdo.

Mas acontece que, mesmo que se concluam essas duas obras que vão custar praticamente 30 milhões de cruzeiros para os cofres públicos, não vão ter condições de utilização, primeiro, porque haverá a necessidade de se fazer mais investimentos, para funcionar, depois, porque não existem técnicos para fazer funcionar aquela sala de ordenha e aquele viveiro que, aliás, é constatado por quem tem experiência no assunto, de que, é deficitário, vai dar prejuízo desnecessário, são obras desnecessárias cujas finalidades eu não sei qual sejam, mas acredito até que, para espoliar o povo do Paraná e beneficiar alguém que está em alguma empresa e que está necessitando de trabalho para, naturalmente, recuperar as suas finanças já combalidas...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — Quero dizer a Vossa

Excelência que, os 15 minutos destinados à Liderança do nosso Partido serão ocupados, 5 minutos, pelo orador que está na tribuna, e, 10 minutos, pelo Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado, Deputado Darcy Deitos,

queria apenas concluir, para deixar registrado aqui, a minha preocupação quando tivermos a oportunidade de votar esse empréstimo que se pretende fazer. Era a colocação que eu desejava fazer, porque tenho a impressão de que, o dinheiro público não está sendo bem aplicado.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência coloca muito bem,

eminente Deputado Lineu Turra, de que, principalmente nessa Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios chega-se ao absurdo de que, quem escolhe as prioridades, não são as administrações municipais, quem escolhe as prioridades são os "chefetes" do PDS, nos municípios onde eles não têm os prefeitos.

Quero dar um testemunho, aqui, da minha cidade, Campo Mourão, que, muito embora o Prefeito não sendo do meu partido, é um Prefeito do Partido Popular, Sua Excelência o Secretário, quando lá estive há poucos dias atrás, reuniram as Lideranças e dissera que seria destinada uma verba de 35 milhões de cruzeiros, e ainda ontem se não me engano, essa Secretaria chamou todas as Lideranças daqueles municípios onde o PDS não tem os prefeitos e vereadores, para discutir ...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Na hora oportuna, nobre Deputado.

Chamou às Lideranças aqui para discutirem a forma de aplicação para definir quais as obras em que irão ser aplicados os valores que serão carreados para aqueles municípios para fazerem a campanha política dos candidatos do Partido Situacionista.

Isso é uma verdade incontestável e ninguém pode dizer que é uma mentira. É um fato concreto e até as Lideranças antes de verem diziam que iriam ver qual a forma em que vão fazer a aplicação e aqui há dias atrás, o eminente Deputado Trajano Bastos dizia que no Município de Guarapuava, quando Sua Excelência esteve naquele município para destinar verbas,

o Prefeito Cândido Bastos, do PMDB, não foi consultado para quais obras seriam destinadas as verbas.

As lideranças do PDS decidiram de que iriam fazer um jardim ou um play-ground para crianças - não que um play-ground não seja necessário - mas tinha que consultar o Poder Executivo legitimamente constituído daquele município pelo voto do povo, porque o homem que tem o voto do povo, merece o nosso respeito e os prefeitos atualmente, muito embora estejam aí num mandato de prorrogação, mas foram lá colocados pelo voto do povo, eminente Deputado, então, Vossa Excelência colocou muito bem.

Pairam muitas dúvidas e diria de que o Paraná, além de ter muitas dúvidas, é um Estado que tem muitas dúvidas.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Acho que Vossa Excelência está fazendo uma conotação muito séria, porque disse Vossa Excelência, que as autoridades constituídas devem fazer prevalecer a sua autoridade. Queria apenas divergir do ponto de vista de Vossa Excelência, porque o dinheiro que está sendo aplicado por intermédio da Secretaria de Auxílio aos Municípios, está sendo aplicado em benefício do povo, e divergir do Deputado Lineu Turra que acha que nós devemos trabalhar somente para o presente.

Se agora as obras que estão sendo implantadas na cidade de Palmeira, na cidade que ele devia defender...

O SR. DARCY DEITOS — Eu pediria que Vossa Excelência fosse breve.

O Sr. Gabriel Manoel — Serei breve e Vossa Excelência então não conceda o aparte. Um minuto, um segundo, problema de Vossa Excelência. Não quer conceder, eu me esquivo; se não quiser dar, não precisa dar.

O SR. DARCY DEITOS — Eu quis ser elegante com Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Agora quero apenas formular o meu raciocínio. Se Vossa Excelência não permite, a palavra é sua e me case a palavra então nobre Deputado, já que a democracia de Vossas Excelências é desse porte, então me case a palavra.

Quero dizer a Vossa Excelência que nós pensamos em futuro. Quando se falou em Brasília, chamou-se Juscelino Kubitschek de louco. Quando falou-se no Centro Cívico, falou-se que estava fazendo obras faraônicas e hoje nós estamos aqui, Vossa Excelência está aqui, seus filhos virão aqui e é isso o que vai acontecer com o dinheiro que o Governador Ney Braga está aplicando em Palmeira. Talvez não seja para nós. É para a posteridade. Agora, infelizmente, Vossas Excelências não querem entender que o dinheiro do povo está sendo aplicado em benefício do próprio povo.

O SR. DARCY DEITOS — Lamentavelmente, Sr. Presidente, não posso concluir. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após a discussão do orçamento, trago à tribuna de hoje o exemplo concreto do que se faz com as verbas orçadas neste

Governo.

Durante a campanha eleitoral, é comum que os governantes de plantão, façam as mais diversas promessas.

Garante-se a realização de obras e mais obras e tudo é feito com o fito de carrear votos.

Assim foi durante a campanha eleitoral de 1978 e não será diferente pelo que consta, em 82.

A ARENA, hoje PDS e os governantes de então, prometeram mundos e fundos, a acenderem a esperança de muitas comunidades com garantia de obras - sempre na expectativa de ganhar as referidas eleições.

Passadas as eleições, esquecem-se ou diminuem as "promessas".

E quando os representantes do povo na defesa do justo anseio de uma região, buscam cobrar essas promessas, nem mesmo informações os governantes se dignam a dar.

E reafirmo mais uma vez o que já foi dito em documentos pela Igreja - e esta também é minha posição - de que todas as obras públicas devem fluir naturalmente do direito que assiste ao povo em troca das contribuições tributárias. Não são portanto, favores de políticos.

E este, parece não ser o caso da pavimentação da estrada de Rondon a Guaíra. O caso da pavimentação asfáltica da estrada que interliga esses dois municípios, trata-se de uma antiga e justa reivindicação que proporcionará melhores condições para a ampliação do setor turístico, comercial e agrícola de uma vasta região.

E em abril de 1979, este Parlamentar, apresentava requerimento solicitando ao Sr. Governador Ney Braga, informações sobre a viabilidade e o estado em que estava aquela obra.

Naquela ocasião, lamentavelmente, o Parlamentar do partido de sustentação do Governo nesta Casa, por indicação do seu Líder, votaram contra aquele requerimento. No entanto, em novembro do ano passado, com a pavimentação asfáltica do citado trecho tivesse sido excluído da previsão orçamentária para 81, este Parlamentar encaminhou novo requerimento pedindo novamente informações.

Novamente esse pedido foi negado ao Parlamentar e a todo o povo do Paraná.

A alegação era de que a concorrência pública da referida obra, seria assinada por aqueles dias.

E na época o nobre Deputado Werner Wanderer, garantia que seria feito uma estrada de primeira categoria, que por ser de primeira categoria, dizia textualmente, não iria a referida estrada passar por dentro das vilas Mercedes e Novo Horizonte.

Teria apenas um acesso a essas duas vilas.

Hoje, realmente, a estrada está sendo construída e a sua iniciação foi inaugurada inclusive já, com grande alaridos e festa.

Só que das promessas eleitoreiras de 1978 e das confirmações das mesmas pelo nobre Deputado, em 4 de novembro de 80, para a realidade de 1981, há uma diferença sensível.

A promessa e o projeto previam asfaltamento de primeira, como já foi dito, ou seja: o projeto previa um revestimento com concreto asfáltico usinado à quente, numa espessura de 7,5 cm. O que vem sendo feito hoje, é uma brincadeira. É um tratamento superficial duplo numa espessura de apenas 2 cm.

A firma empreiteira J. Malucelli, uma das contratadas e responsável pela obra, já tinha inclusive instalado uma usina para fazer o concreto asfáltico usinado à quente e com a mudança para o tratamento superficial duplo, teve grandes prejuízos.

O projeto por outro lado, previa uma plataforma de ter-

raplanagem de 14m de largura, o projeto foi reduzido em 10m, com uma pista de rolamento mais acostamento reduzido ficou também reduzido. E o resultado de tais alterações, além de diminuir "sensivelmente" a qualidade da obra, aumenta muito o risco de vida que se corre em quase todos os asfaltos construídos neste mesmo sentido. Pelo que sabemos, a pista terá hoje 6m de largura e praticamente não terá acostamento.

Numa rodovia onde transitam tratores, máquinas e ceifas, inclusive, nem que seja para sair de uma lavoura e ir para outra.

Numa rodovia que deste mesmo tipo já colheu várias vidas, pelo alto perigo e pelo risco que correm as centenas de transeuntes que percorrem aquela rodovia.

A irresponsabilidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, beira quase a criminalidade pública, em uma estrada que não oferece as mínimas condições de segurança em sua pista de rolamento.

Isto porque o projeto era um. O empréstimo provavelmente deve ter sido também e foi inclusive financiado pelo BID, com o objetivo de construir uma estrada de primeira categoria.

E este é o resultado de obras que se realizam às pressas não para atender ao público e ao bem comum.

Os governantes de plantão, biônicos, pois não foram ungidos pelo voto popular, preferem as promessas eleitoreiras e não o atendimento das justas reivindicações de um povo ou de uma comunidade.

Promoteram que a estrada seria de primeira categoria, e foi Vossa Excelência, Deputado Werner Wanderer, que o prometeu.

E vemos o resultado. Vemos a brincadeira que fazem com o povo.

O que teria baixado então de categoria, as promessas do Governador Ney Braga, ou o próprio?

É a pergunta que faço.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gernote Kirinus, sei que Vossa Excelência não está satisfeito com o asfalto, sei que Vossa Excelência gostaria que não tivesse saído esse asfalto.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O povo não está satisfeito, nobre Deputado.

O Sr. Werner Wanderer — Mas digo a Vossa Excelência, o povo está satisfeito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — A falsidade da promessa não pode deixar alguém satisfeito.

O Sr. Werner Wanderer — Vê, nobre Deputado, acho o seguinte: falar em nome do povo, acho que posso falar o dobro do que Vossa Excelência, porque fiz o dobro dos votos em Marechal Cândido Rondon e vou fazer novamente isso. Então acho que falar em nome do povo de Marechal Cândido Rondon o que estou fazendo com muita autoridade. E não Vossa Excelência que dessa tribuna tantas vezes tem prejudicado o Município de Marechal Cândido Rondon.

O SR. GERNOTE KIRINUS — E Vossa Excelência o faz nobre Deputado, com falsas promessas.

O Sr. Werner Wanderer — Promessas que nós estamos cumprindo. Todas as vezes que nós prometemos alguma coisa

nós cumprimos e Vossa Excelência não gosta quando sai as obras lá de Marechal Cândido Rondon, sei que Vossa Excelência não gosta. Porque é evidente, tudo aquilo que nós prometemos nós cumprimos.

Dor de cotovelo, quantas vezes Vossa Excelência já dessa tribuna, e não é a primeira vez que falo isso, mas agora o importante é que se diga que em Marechal Cândido Rondon as obras todas que foram prometidas estão saindo.

Agora se não saírem como Vossa Excelência acha que devem sair é problema nosso.

Agora, o problema do povo de Marechal Cândido Rondon está sendo atendido.

E vou dizer mais a Vossa Excelência: o asfalto de Marechal Cândido Rondon a Guaíra dentro do cronograma e Vossa Excelência já está convidado, desde já para participar da inauguração dia 25 de julho, aniversário do Município de Marechal Cândido Rondon, com uma churrascada lá, o asfalto que está ligando Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o convite nobre Deputado, e só pediria que fosse breve e o convite pode ser feito por escrito.

O Sr. Werner Wanderer — E vou dizer mais a Vossa Excelência, todas aquelas promessas que Vossa Excelência diz que não estão sendo cumpridas, estão sendo cumpridas.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência permite um aparte no seu aparte?

Eu já lhe dei o aparte e Vossa Excelência ocupou mais de 3 minutos e gostaria de concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Werner Wanderer — Obrigado, Deputado, porque muitas vezes Vossa Excelência tem que ocupar essa tribuna ainda.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de concluir, Sr. Presidente e me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está assegurada.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, gostaria de concluir dizendo que nós estamos exatamente cobrando aquilo que foi prometido. E estamos criticando, Sr. Presidente, estamos criticando as obras que pelo apressamento eleitoral e promessas feitas e que não estão sendo cumpridas na sua íntegra, expõe o risco de vida a milhares de transeuntes, de centenas de pessoas que haverão de transitar.

E muitos já pagaram com sua vida por causa da irresponsabilidade com que estão sendo construídas.

E ao fazermos este pronunciamento cumprimos o nosso dever de cobrar aquilo que é um direito do povo, sejam ou não promessas ardilosas, numa campanha eleitoral, mas também o fazemos como um alerta às obras eleitoreiras.

E é bem recente em nossa memória o festival de estradas cascas de ovo que podem carrear muitos votos mas que sem dúvida não traz nenhum benefício à comunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. Ausente, consulto à Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 44 Srs. Deputados.

Há “quorum” para votação.

Sobre a mesa projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o “Sindicato Rural de Jataizinho”, com sede no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará”, com sede na Cidade de Cambará. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina “Rodovia Italo Orcelli” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã, à Cidade de Pérola, PR-458. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico “Os Filhos Livres da Natureza”, com sede na Cidade de Piraquara. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Mestres Santa Izabel”, da Escola Dirce de Aguiar Maia, com sede e foro na Vila Santa Izabel, na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 95/81), Proposta de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 1982. Parecer FAVORÁVEL da C.O., por maioria. (Emendas publicadas em avulso no Diário da Assembléia de 26/10/81 e distribuído aos Excelentíssimos Srs. Deputados). Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência determina a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal 44 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Darcy Deitos.

(É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados o aprovam; 3 Srs. Deputados o rejeitam. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 108/81), que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gaatificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 109/81), que objetiva aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 57/81), que aprova os convênios celebrados em 10/07/81 pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com os Municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/81, oriun-

do de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/81, (Mens. Govern. n.º 60/81), que aprova o convênio celebrado e, 01/07/81 pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para a aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 64/81, (Mens. Govern. n.º 56/81), que aprova os convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 80/81, (Mens. Govern. n.º 86/81), que aprova o termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras do Terminal Rodoviário daquele município.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 59/81, (Mens. Govern. n.º 82/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a prestação de auxílio financeiro para a aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 25 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a prestação de auxílio financeiro para a aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 60/81, (Mens. Govern. n.º 83/81), que aprova os termos do convênio

celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 12 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 61/81, (Mens. Govern. n.º 84/81), que aprova o convênio celebrado através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Bandeirantes, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Bandeirantes, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial, do referido município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 62/81, (Mens. Govern. n.º 46/81), que aprova o Termo Aditivo ao convênio celebrado em 14/02/81, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos municípios na execução do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 14 de janeiro de 1981, ao convênio celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos municípios, para a execução do "Programa de Transportes Al-

ternativos para a Economia de Combustíveis".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 63/81, (Mens. Govern. n.º 50/81), que aprova os convênios números 14/80 a 26/80, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios nominados, tendo como interveniente a COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 07 de julho de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os Municípios adiante mencionados, Almirante Tamandaré, n.º 14/80; Araucária, n.º 15/80; Balsa Nova, n.º 16/80; Bocaiúva do Sul, n.º 17/80; Campina Grande do Sul, n.º 18/80; Campo Largo, n.º 19/80; Colombo, n.º 20/81, Contenda, n.º 21/80; Mandirituba, n.º 22/80; Piraquara, n.º 23/80; Quatro Barras, n.º 24/80; Rio Branco do Sul, n.º 25/80 e São José dos Pinhais, n.º 26/80, figurando como interveniente a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 64/81, (Mens. Govern. n.º 72/81), que aprova o Termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Toledo, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/81.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 20 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Toledo, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

ANTÔNIO COTRIM, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece critérios para o provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus

auxiliares nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que prorroga por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no Art. 30 da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/81, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO IGREJA SÃO CARMELO DIVINO", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domenico Martini, ocorrido no Município de Clevelândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Ferreira Ribeiro, ocorrido na cidade de Florestópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Pianaro, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lúcio Carlos Boska. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 89/81, que autoriza a realização de plebiscito em área do Município de Palmital, objetivando a criação do Município de Altamira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Capitão José Perez, Vice-Diretor do DETRAN, pela maneira com que vem se conduzindo no desempenho de seu cargo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Militar do Estado, encarecendo o afastamento do Delegado de Polícia da cidade de Jandaia do Sul. — **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação)

06 Srs. Deputados aprovam; 26 Srs. Deputados rejeitam — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ao Sr. Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil

do Governo, pedido de informações sobre as despesas em publicidade do Governo do Estado, especialmente as contas da Agência Meta Publicidade. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

4 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam. —

Rejeitado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário Reinhold Stephanes, pelo êxito da 12ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados e II Exposição Internacional de Suínos, realizadas neste mês, no Parque Castelo Branco. — **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

27 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Sr. Diretor-Presidente da PARANATUR, das causas que determinaram a paralisação das obras do Parque Turístico do Capivara, no Município de Primeiro de Maio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, pedindo providências imediatas quanto denúncias encaminhadas sobre a atividade da empresa poluidora infratora da legislação vigente sobre a questão, a Giacomet-Marodin-Indústria de Madeiras S/A. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a realização de uma grande operação policial no Município de Maringá, visando reduzir os elevados índices de criminalidade que lá vem se verificando. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário Fernando Fontoura, pelo Êxito da I Feira Estadual de Artesanato, realizada no Parque Castelo Branco, durante o corrente mês. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 32/81, que cria o Município de Missal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 139/81 - Mensagem Governamental 114/81, que objetiva aplicar disposições do Plano de Classificação de Cargos aos ocupantes de cargos de Provimento Efetivo do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 138/81,

oriundo de Mensagem Governamental que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar 07, do Estatuto do Magistério. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 117/81 — oriundo de Mensagem Governamental 101/81, que estabelece medidas para a contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, sugerindo ao Governo do Estado a ampliação do Corpo de Bombeiros, ou a criação de serviço especial de combate a incêndio nas florestas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, sugerindo ao IBDF convênio com o Governo do Estado, para o combate ao fogo nas florestas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja o Projeto 19/81, transformado em sugestão ao Poder Executivo, que dispõe sobre aumento das pensões das viúvas de ex-Deputados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao coordenador do Campus Universitário "Dr. Bezerra de Menezes", pela instituição do Curso de Ciências Políticas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, para que permita, para fins de estabilidade prevista na Lei 6819/76, a adoção do novo critério de contagem de tempo de aulas suplementares, em vigor naquele órgão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela investidura, no comando do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Paraná, do Coronel Lúcio de Mattos Júnior e ao Coronel João Arthur Marques Vieira, que deixa o referido comando. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de apurar graves denúncias de arbitrariedades cometidas pela Construtora Renascença, em Cuiabá, Mato Grosso, contra 23 operários paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Aeronáutica e ao Comando da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, nesta Capital, pela passagem do Dia do Aviador, que será comemorado a 23 do corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja formulada por esta Casa, sugestão ao Sr. Presidente da República, Ministros do Planejamento, Minas e Energia, Indústria e Comércio, da Agricultura e ao Presidente da PETROBRÁS, no sentido do aproveitamento da mamona e do dendê, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo com urgência a contratação de professores para ministrarem aulas de Ciências Físicas e Biológicas, no Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco - Ensino de Segundo Grau, no Município de Santa Helena - Pr. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, Associação dos Hospitais do Paraná, à Superintendência do INPS de Curitiba e ao INAMPS em Brasília, aos Ministros da Saúde e da Previdência Social, encarecendo a reabertura do Hospital do Distrito de Santa Terezinha, no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado voto de congratulações ao Professor, Sr. Dirceu Moniz de Aragão, pelo recebimento da Medalha Teixeira de Freitas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio ao General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional, em função de suas críticas dirigidas ao jornal "Gazeta do Povo", em função da campanha deste órgão para o fornecimento da energia a custo zero. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo especial atenção na concessão de Carta Patente para instalação de Agência Bancária para um novo Município de Sarandi, neste Estado, concedendo-se a instituição bancária que efetivamente se compromete a manutenção da agência na sede daquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Secretário de Segurança Pública, Presidente do INCRA e do ITC, no sentido de apurar as denúncias de arbitrariedades policiais cometidas contra colonos na localidade de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança, com o propósito de solidarizar-se com o Delegado do Meio Ambiente, a exemplo do que fez a ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental, publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição de domingo, dia 25 de outubro de 1981. —

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência determinasse ao Sr. Secretário a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a súmula do mencionado requerimento.

(É lida a súmula do requerimento.)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, já estou satisfeito com a leitura e quero declarar que a questão é livre, a votação é livre para a bancada do PDS. Trata-se de uma manifestação pessoal do nobre componente de nossa Bancada, subscrita por alguns Srs. Deputados com assento nesta Casa, mas é uma matéria que não interessa à administração pública do Estado, razão pela qual a Liderança do PDS do Governo, deixa a questão livre para votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — A leitura parcial do requerimento satisfaz apenas ao Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) O requerimento está em votação. Vossa Excelência pode pedir para encaminhar a votação.

Está com a palavra para encaminhar a votação o Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Farei a leitura do requerimento, Deputado José Domingos Scarpellini.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O requerimento, o simples requerimento de solidariedade à Associação de Defesa Ecológica Ambiental, está provocando uma certa polêmica nesta Casa Legislativa.

E, queria mesmo que o Deputado Scarpellini solicitasse ler o inteiro teor, porque neste requerimento os Srs. Deputados irão situar-se e verificar que não existe nada de mais, a não ser um apoio deste Deputado a um órgão que tem a sigla ADEA — repito: Associação de Defesa Ecológica Ambiental, para que os Srs. Deputados, após a leitura do requerimento, possam votar conscientemente, desta ou daquela forma, entendendo qual a maneira mais correta, mais justa.

O meu requerimento está vazado nos seguintes termos: “Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário de Segurança, com o propósito de se solidarizar com o Delegado do Meio Ambiente, Dr. Fernando de Souza Vidolin, a exemplo do que fez a ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental, publicada no jornal “Gazeta do Povo”, edição de domingo, dia 25/10/81, cujo teor abaixo transcrevemos:

“Depois de tomar conhecimento, através da imprensa, de possível campanha contra o atual Delegado do Meio Ambiente, Fernando de Souza Vidolin, a ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental, vem em defesa da autoridade. Segundo uma nota publicada pela Associação, “a referida matéria deixou os seus dirigentes estarecidos, pois o principal argumento apresentado contra o atual Delegado é que vem sendo muito rigoroso na aplicação das Leis”, a ADEA continua: “Ora, nós que lutamos pela preservação ambiental, recebemos constantemente graves denúncias de depredação em nome de interesses econômicos e/ou políticos. Inclusive a própria Delegacia do Meio ambiente já foi por nós duramente criticada, por sua passividade diante de fatos concretos. Agora, quando parece que se procura moralizar essa situação, as críticas, baseadas unicamente em interesses pessoais, começam a emergir.

Um outro ponto que a Associação contesta é ao que se refere ao fato de que “somente a fiscalização não resolve o problema e sim a educação, o nosso principal objetivo, porém o que temos assistido é uma proliferação de seminários, palestras, simpósios, debates, material bibliográfico, etc., postos à disposição da comunidade.

A conclusão da ADEA é que “assim que se trata de devastação consciente, onde o imediatismo e o lucro incensante imperam rotulados de progresso. Desta forma, achamos que o momento atual realmente está a exigir a aplicação da legislação vigente com rigor por parte de nossas autoridades fiscais, único modo de se mudar o rumo dos acontecimentos”.

A ADEA denuncia que alguns parlamentares paranaenses desconhecem “ou não tomam consciência de que nossa cobertura florestal já é bastante exígua, atingindo níveis críticos.

Estamos com uma cobertura florestal em torno de cinco por cento, quando o ideal seria, no mínimo, de vinte por cento, e o quadro atual se delinea no sentido de diminuir ainda mais esses percentuais”, concluiu a Associação de Defesa e Educação

Ambiental”.

Por estarmos inteiramente solidários com a ADEA, e conseqüentemente com a atuação do Delegado Vidolin, solicitamos a Vossas Excelências a permanência daquela autoridade à frente da Delegacia do Meio Ambiente, a fim de continuar preservando e defendendo a cobertura florestal já tão exígua em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981”.

Este requerimento é firmado por 17 Srs. Deputados. E nós justificamos que não queremos polemizar com quem quer que seja, muito menos com o Deputado do nosso Partido, da nossa Bancada, Quielse Crisóstomo, por quem temos o máximo respeito e profunda consideração, anteriormente a esta iniciativa, 10 dias antes de tentarmos fazer com que este requerimento fosse aprovado, e isso foi em data de 26 de outubro, em reunião da bancada, pronderou aos Srs. Deputados da Bancada do PDS, que o Deputado estava descontente por razões pessoais, com aquele Delegado do Meio Ambiente.

E, segundo chegou ao meu conhecimento, o requerimento do Deputado Quielse Crisóstomo, que deveria ser encaminhado ao Sr. Governador do Estado, foi firmado por duas dezenas de Parlamentares do PDS, ao redor disso, um pouco menos, um pouco mais, quem sabe, não tendo conhecimento do teor do requerimento, não chegou a meu conhecimento.

E confesso, fiquei preocupado quando no domingo, dia 25 de outubro, a ADEA, através da Gazeta do Povo, na quarta página, em manchete, chamou-me a atenção e li o artigo, que transcrevi no meu requerimento.

E digo nele o porquê da minha preocupação.

Não quero ser aqui o arauto da defesa ambiental, preservação das nossas florestas. Endosso o que a ADEA diz, por entender que ela entende. Eu não entendo, pouco entendo da importância ou não da nossa ecologia, do meio ambiente.

MAS, o que a ADEA disse, me chamou a atenção e me preocupou. E este assunto já foi motivo de uma reportagem na revista VEJA, na qual o repórter que fez esta matéria declarou inclusive que talvez não estivéssemos interessados em preservação do meio ambiente, talvez fosse motivo político.

Não quero me defrontar com o Deputado Quielse, como a revista VEJA admitiu que essa luta seria travada nos comícios, nos palanques, e não é essa a minha intenção.

A minha intenção apenas é trazer ao conhecimento dos Deputados que o fato está aqui explanado como a ADEA me deu, me forneceu elementos através desta reportagem. Posteriormente, recebi do Dr. Bigarella um cumprimento por ter tomado esta iniciativa e submeto à apreciação da Casa, dos Srs. Deputados, que votem com tranqüilidade, comigo ou com o Deputado Quielse, é indiferente. Gostaria de ver meu requerimento aprovado, mas polêmica de minha parte não existe, e oxalá também não exista por parte do Deputado Quielse.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, queremos manifestar a nossa posição contrária ao requerimento, apesar do apreço que temos pelo Deputado autor do mesmo, Companheiro de Bancada, Deputado Nelson Buffara.

O que ocorre é que o questionamento que se faz a respeito desta matéria, é objeto de uma manifestação pública que teria envolvido o Deputado Quielse por uma entidade de Direito Civil, como a ADEA, pela qual temos profundo respeito pelo papel que desenvolve em nosso Estado, especialmente no que toda à sua atribuição específica, que é a preservação do meio ambiente.

No entanto, não acreditamos que seja crível e que seja correto que se solidarize de uma forma política, com um ataque sem provas, a um nosso companheiro de Partido e de Bancada, como o faríamos também em relação a qualquer Parlamentar desta Casa, nas mesmas condições. Mesmo porque não se sentiu, em momento algum, a concessão do direito de defesa do Deputado acusado, para que pudesse formular o seu posicionamento de caráter público.

Ademais, também devo aqui me reportar que ignoro a realização de reunião de bancada, do nosso Partido, para tratar deste assunto.

Por esta razão, simplesmente por esta razão, votamos contrariamente a este requerimento, ao mesmo tempo em que nos permitimos apelar ao eminente Deputado Nelson Buffara, para que até lá, quem sabe, retirasse a sua proposta, pelas próprias manifestações feitas pelo ilustre Deputado, da tribuna, para que não se imagine, no mundo exterior desta Assembléia, que se está procurando polemizar dentro do próprio Partido, da própria Bancada.

Esta é a minha posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, gostaria neste momento, também de nos pronunciarmos, porque, coincidentemente, o requerimento do Deputado Nelson Buffara, se antecedeu a um que estávamos preparando, no mesmo sentido, porque os movimentos ecológicos que hoje estão em voga, não só no País como no mundo inteiro, há uma preocupação da humanidade toda, estão de fato recebendo pouco apoio.

Se temos um Delegado incumbido de levar a sério as parcas e deficientes leis que existem, que preservam a nossa natureza, as florestas principalmente, tão prejudicadas em nosso Estado, como revela o documento, é necessário que se preste apoio àquela autoridade, que nada mais está fazendo do que cumprindo o seu dever. Se todos cumpríssemos com o dever, talvez não tivéssemos esta calamidade pública que existe no Estado do Paraná, esta devastação criminosas que se fez nas florestas deste Estado.

É por isto que nos posicionamos ao lado da ADEA, que é uma entidade cívica que está defendendo o que é de todos, o que pertence não só à comunidade paranaense, mas que pertence, em último caso, à humanidade toda.

Muitas vezes levantamos nossas críticas, em outras ocasiões, quando as leis, embora existissem, não eram levadas a sério, não havia uma fiscalização para preservar, por exemplo, 25 por cento de uma propriedade agrícola.

Ninguém respeitou esta lei, porque não havia fiscalização. Quando a fiscalização ocorre, porque uma autoridade toma a peito a postura de cumprir o seu dever, não podemos hoje nos contradizer e querer investir contra essa autoridade, por simplesmente este fato. É isto que chegou ao conhecimento público.

Portanto, somos solidários à ADEA, somos coerentes e com a defesa que fazemos a todos os movimentos ecológicos, porque eles representam o interesse, às vezes até acima do bem comum, o interesse da humanidade, é a garantia para a sobrevivência da humanidade toda, sobre a face da terra.

É neste sentido que nós nos posicionamos favoravelmente ao requerimento, e manifestando o nosso desejo, de que, se porventura o requerimento for retirado, haveremos de apresentar outro nos mesmos termos, para ver claramente o posicionamento de todos os Parlamentares, e não sermos no geral pichados, como o fomos pelos próprios organismos ecológicos, ou movimentos ecológicos, que os Parlamentares não se interessam, pelo menos aqui, e queremos ver e temos demonstrado nessa votação, que há parlamentares que se interessam.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A preocupação do problema ecológico é grande de todos os Srs. Deputados, de todos aqueles que estão vindo por onde estão caminhando as devastações em nosso Estado e no Brasil.

Por coincidência, hoje foi votado um projeto de lei que apresentei, declarando de utilidade pública uma entidade "Os Filhos Livres da Natureza", que também se preocupa com os problemas ecológicos.

Assinei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este requerimento, atendendo um pedido de meu eminente amigo, Deputado Nelson Buffara, visando unicamente a argumentação da ADEA, argumentação à pessoa que dirige aquele órgão, mas nunca esperava que pudesse polemizar nesta Casa, especialmente a nossa Bancada.

Por isto, eu quero fazer um apelo ao eminente Deputado, meu amigo, Deputado Nelson Buffara, ao também meu amigo Deputado Quielse, já foi dada a divulgação que se esperava, um apelo para que este requerimento não fosse votado, eu assinei e assino até outra vez se for preciso, porque não vou retirar uma assinatura.

Mas, o encaminhamento do Deputado Nelson Buffara, feito ao órgão fazendo um apelo, mas para que não faça a votação, para não polemizar, portanto, um Deputado como o outro, tem amigos aqui, porque vamos dividir? Um pede, outro pede. Sou obrigado nesta votação, eu que assinei o requerimento, que estou favorável ao requerimento encaminhado ao órgão, a não votar um requerimento que apresentar o Deputado Quielse ou o Deputado Nelson Buffara, no respeito à Bancada, ao nosso companheiro, para que não haja esta polêmica que estou vendo aqui, neste ar.

Por isso faço um apelo ao Deputado Nelson Buffara, conheço a pessoa que dirige o órgão, pelo menos no município que represento, há mais de dez anos. Aquela pessoa sempre agiu bem, não conheço sua atuação em outros cargos e em outros municípios. Tenho o máximo respeito por ele, estou disposto a assinar, como já afirmei, encaminhando a este órgão mas, o meu apelo para que seja retirado este requerimento e não faça a votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Nós, inclusive, que subscrevemos também o requerimento do Deputado Nelson Buffara, pretendemos tão somente aduzir algumas observações.

Primeiramente, quando líamos na edição domingueira, da "Gazeta do Povo", a nota da ADEA, uma entidade que possa ainda precariamente vir desenvolvendo a defesa ecológica e ambiental, já tem prestado serviços de relevo à sociedade paranaense, pretendíamos inclusive transcrever nos Anais da Casa aquela nota oficial. E, felizmente, o Deputado Nelson Buffara já o fizera na primeira sessão após a publicação.

E por esta razão, endossamos plenamente a pretensão do Deputado situacionista, porque entendemos que neste caso específico, há razão ao delegado ambiental que tomou as providências que geram tantas polêmicas.

Queremos destacar mais uma vez que entendemos que, neste caso específico, o comportamento do Delegado de Meio Ambiente foi um comportamento condizente com a lei, não fez mais do que a obrigação; cumpriu com o dispositivo.

E se nós todos do Paraná, nos debruçarmos com mais retidão e profundidade na questão do eco-sistema do nosso Estado, vamos ver aquilo que consta no final da nota, estarecidos,

de que menos de cinco por cento do território do Paraná estão compostos por florestas, enfim, pelo verde, quando a própria Organização das Nações Unidas determina em regiões como a do sul do País, um mínimo de vinte a vinte e cinco por cento.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se dar um basta nisso. E, se, na verdade um Delegado Ambiental não está fazendo mais que sua obrigação, toma determinada atitude, seria dispensável até aplaudí-lo. Mas, diante das aberrações, das contradições e dos abusos que se registram neste País em nosso Estado, não há dúvida que às vezes tem que se fazer até isto: dar relevo a quem cumpre com o seu trabalho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, independente das posições pessoais de Deputados nominados aqui há pouco, independente, portanto, de possíveis razões, individualizadas, a nossa posição neste caso é de que não assistem razões à retirada do referido delegado, bem como as críticas neste episódio.

E não seríamos nós, portanto, que viríamos aqui endossar aquilo que é apenas o cumprimento de um dever de quem tem uma função pública, num caso delicadíssimo como é a questão ecológica.

Talvez aqueles que não têm preocupação com a ecologia, hoje, amanhã terão como amargura a herança que ficará, e as futuras gerações de nossos filhos e netos, haverão de cobrar de todos nós a displicência, a maneira aviltante com que temos nos conduzido na questão ambiental, ecológica ou a de todo o eco-sistema.

É por esta razão que até fazemos um apelo aos Deputados aqui presentes, que possamos dar esse apoio a quem no caso específico, cumpriu com a obrigação.

A razão maior está em jogo e esta é a questão que levantamos, de que há que se fiscalizar, há que se conscientizar o nosso cidadão paranaense e o brasileiro, sobre a situação em que se encontra hoje o ambiente, a depredação urbana e rural, face exatamente a esse feroz interesse lucrativista, que coloca a qualidade de vida do brasileiro acima de qualquer suspeita.

Esta é a razão básica, e está por trás disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É que a qualidade de vida do brasileiro, do paranaense, é coisa secundária. Os interesses econômicos, às vezes os mais vis, os imediatistas, colocam em derrocada toda uma estrutura ambiental, que a natureza levou anos e anos a produzir e a construir.

Quem não sabe, por exemplo, dos estudos do próprio IAPAR, provando que no Norte, no Oeste e no Noroeste do Paraná, regiões que só o trabalho da erosão e degradação do solo já fizeram em 30 anos mais do que o solo aconteceu na China, com um milhão de anos de agricultura.

Aqui, a depredação, a maneira violenta em que o homem usa de sua mão para degregar o ambiente. E mais do que isto. Quando se trata de um problema de florestas, de reflorestamento, sabemos como tem agido o IBDF. Tem sido pródigo, hábil em cobrar, em obter resultados, como fez o INCRA em outro setor, mas de fiscalizar, de atuar, a de conscientizar, a ação tem sido nula. E não podemos, portanto, ser coniventes nesta Casa, sob a pena de ficar, perante as gerações futuras, a marca da nossa covardia em avaliar a depredação e não ficar ao lado daqueles, cumprindo com a obrigação, têm assumido, às vezes, posições contra interesses pessoais e econômicos imediatos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a conclusão da ADEA passa, neste instante, a ter o nosso aval. A conclusão da Associação Ambiental merece o referendo de todos nós. Pode ter lá o Delegado Ambiental, aqui, acolá, suas deficiências, mas acima de tudo, neste caso específico, endossamos a sua posição.

E vem reforçar a nossa pretensão, o fato de que existe no Paraná, uma entidade reconhecida de utilidade pública, inclusive por esta Assembléia. Se a ADEA é uma entidade reconhecida de utilidade pública, tem recebido inclusive benefícios do Esta-

do para se manter; tem recebido inclusive salas da Federação da Agricultura do Paraná para funcionar durante certo período, se esta Associação, tem como função específica lutar pela defesa da natureza e do meio ambiente, se ela não merece de nós o reconhecimento que tem a condição técnica de avaliar e avaliar as questões, quem somos para discutir o problema?

Por isso, concluo, ficamos com a ADEA, independente das questões pessoais deste ou daquele Parlamentar, mas, acima de tudo, sabemos que a natureza não é poluída por natureza.

Quem a polui é o homem, como o poder não é corrupto por natureza. Quem o corrói, é o homem. E no caso específico, ficamos com quem está defendendo a Lei, a natureza e o meio ambiente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos ouvindo com atenção, meio entristecidos, esta polêmica e as palavras deste moço que quer ser o salvador do mundo e de um representante da ADEA.

Perguntaria a Vossa Excelência, aos dignos Deputados da Oposição, porque um ataque acintoso a um Deputado, e não ao resto do povo que está destruindo o meio ambiente?

Por que o ataque ao político? Será que somos leprosos, não temos direito pelo menos à defesa?

Será que o Deputado Quielse — não quero entrar no mérito, talvez tenha errado — possa ser atacado? Mas que os membros da Oposição defendam um Colega que está sendo atacado injustamente por este moço que não tem qualidades para atacar um Deputado, por um moço que não tem qualificativo, como esse moço da ADEA, que não merece este voto de louvor, em que pese a minha amizade, a minha dedicação pelo Deputado Nelson Buffara, que está intrigando.

Onde estamos nós? Talvez sejamos ratos de um navio que está naufragando, atacando um ao outro, por uma personalidade que não merece sequer o nosso sorriso, quanto mais a nossa tristeza.

Faria aqui um apelo ao Deputado Nelson Buffara, em nome do companheirismo, em nome das duas Bancadas, em nome do poder político que está sendo ultrajado pelos próprios companheiros da Oposição. Por que não citaram outros homens que foram destruidores do meio ambiente?

Por que querem tripudiar sobre um companheiro?

Então, pediria ao Deputado Nelson Buffara, que retirasse, para que não sejamos o boi de piranha. Admiro os Deputados da Oposição que procuram jogar lama sobre um Companheiro nosso. Mas, quando vemos um companheiro ser tripudiado injustamente para ser feita uma demagogia injusta, então nos sentimos ofendidos, embora todo o respeito que temos pelo Deputado Nelson Buffara, que é nosso irmão.

Agora, o que não podemos admitir, é que os moços da Oposição venham aqui a tripudiar, a falar bobagem, quando é ferido um colega nosso, injustamente.

Então, pediria ao Deputado Nelson Buffara, com todo o respeito, que retire o requerimento. E vamos dialogar como seres humanos, como homens de conhecimento, para que não sirvamos de juguete desses membros da ADEA e do Meio Ambiente, que não querem outra coisa a não ser fazer política rasteira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar) Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Apenas para que não passe em branco, não vou entrar no

mérito de coisa alguma. Assinei, na verdade, este requerimento, do Deputado Nelson Buffara, mas não me constava que existisse em seu conteúdo qualquer referência ao Deputado Quielse.

Na verdade, se tivesse constando, em qualquer tópico, ofensas ao Deputado ou a qualquer membro desta Casa, jamais assinaria.

Desconheço totalmente os objetivos do requerimento, apenas subscrevi em consideração ao Deputado Nelson Buffara, que eu acredito, jamais traria a esta Casa e jogaria um companheiro contra outro, um Colega da Casa contra outro; não acredito que ele, com sua sinceridade, com seu comportamento, com sua conduta, viesse a praticar esses atos aqui.

Nós então subcrevemos, ninguém acatou ninguém, todo mundo falou sobre o Meio Ambiente, o Deputado Nelson Friedrich defendeu o meio ambiente e jamais se referiu a qualquer Parlamentar.

Então acho que é totalmente descabida a argumentação do Deputado Gabriel Manoel, querendo vir jogar aqui, sobre a Oposição, inverdades, distorcer os fatos, truncar as palavras, aliás, como isto tem sido corriqueiro aqui...

Então, quero deixar inclusive o meu protesto contra as palavras do Deputado Gabriel Manoel, e vou votar favoravelmente ao requerimento, porque não vejo nele sequer uma referência ao Deputado Quielse Crisóstomo ou a qualquer outro Parlamentar.

Esta a colocação que eu queria fazer. Para mim é simplesmente um requerimento de reconhecimento a um Delegado que vem trabalhando pelo Meio Ambiente, não sei contra quem, mas em defesa do Meio-Ambiente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, era nossa intenção solicitar a Vossa Excelência a verificação de quorum, para sabermos se há número para a continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta ao nobre Deputado, se Vossa Excelência está requerendo a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se esta for a solução para que o nosso requerimento seja atendido, sim.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal, 21 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à "Chapa Mãos à Obra", vencedora das eleições para a UPES em congresso realizado dias 14 e 15 do corrente, em Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Presidente da FAMEPAR, pela alocação de pessoal técnico e de apoio, de seu quadro de servidores, em todas as micro-regiões do Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, pela passagem de data dedicada à UEB. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a todos os rádio-amadores do Paraná, pela passagem, no último dia 5, do "Dia do Rádio-Amador". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratu-

lações a todos os jornaleiros do Estado, em função da comemoração, no dia 15, da data consagrada ao jornaleiro. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido ao DNER, a fim de que seja retirada a Curva do Bonito, Km-98, da BR-476 (São Mateus do Sul - Lapa), tendo em vista o elevado índice de acidentes que o atual traçado vem causando. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência da COPEL, reivindicando a instalação de iluminação pública nas ruas do bairro Jardim das Flores — Estrada Porto Meira — no Município de Foz do Iguaçu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de um telefone público, a ser instalado em frente ao Mercado Marumbi, no Bairro "Rincão São Francisco", no Município de Foz do Iguaçu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, no sentido de que o Estado do Paraná seja também beneficiado com a insenção de taxas de juros de custeio de financiamento do trigo, para a safra em curso. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Corregedor da Justiça do Paraná, pedindo que sejam tomadas medidas urgentes objetivando restabelecer a harmonia na Comarca de Ibaiti, entre os poderes, eis que o Juiz de Direito daquela Comarca vem interferindo na área de competência do Executivo, criando um clima de animosidade. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 23, 163/80, 93 e 103/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 92, 95, 96, 98 e 99/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 128 e 129/81, e de Resolução nºs 76, 87, 78, 79 e 89/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 12, 17 e 117/81 e de Resolução nºs 81, 82, 83 e 84/81.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 87/81.

A Presidência anuncia ainda, para quinta-feira, dia 19, 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/81. (Orçamento).

Levanta-se a Sessão.